
TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA: uma entrevista com Roberto Véras de Oliveira (UFPB)

WORK, POLITICS AND CITIZENSHIP: AN INTERVIEW WITH ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA (UFPB)

TRABAJO, POLÍTICA Y CIUDADANÍA: UNA ENTREVISTA CON ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA (UFPB)

ENTREVISTADORES

Marcos Antonio da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>
<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

Cesar Sanson²

<https://orcid.org/0000-0003-1275-0418>
<http://lattes.cnpq.br/7862390363963335>

APRESENTAÇÃO - Roberto Véras de Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Realizou estágio pós-doutoral, entre 2015 e 2016, no UCLA- Institute for Research on Labor and Employment (Califórnia- EUA). Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) (2009-2011). Foi membro da Diretoria da ANPOCS (2017-2018) e da coordenação do GT Trabalho, Trabalhadores e Ação Coletiva. Foi integrante da coordenação do GT Novas Configurações do Trabalho nos Espaços Urbano e Rural da SBS (2011-2015). Foi representante do Brasil junto à Diretoria da Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo (2017-2019). Foi co-editor da Revista da ABET (2011-2015) e da Revista Política e Trabalho (UFPB) (2016-2021). É líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT) e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Trabalho (LABORES), ambos da UFPB. Atua na Sociologia do Trabalho e suas interfaces com a Sociologia Política e a Sociologia Econômica, dedicando-se aos temas: relações de trabalho, formas de regulação do trabalho, informalidade, sindicalismo e contestação social, qualificação profissional, políticas públicas de trabalho, emprego e renda, economia solidária, diálogo social e cidadania, dentre outros.

¹ Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Email: marcosilva@ufgd.edu.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LABEPECS) e do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Estado e Sociedade (GETES). Email: cesarsanson@gmail.com

1) *Fale um pouco de suas origens familiares, infância e juventude e se nessa época algum fato em sua vida foi significativo para a sua posterior trajetória de ativista social e intelectual.*

Eu nasci em Campina Grande, Paraíba, em 1961. Meus pais, como era comum nos segmentos mais populares no Nordeste, tinham pouca escolaridade. Entretanto a escola e os livros estiveram sempre muito presentes no cotidiano dos seus filhos. Com o emprego modesto (de motorista da Companhia de Cigarros Souza Cruz) mas formal do meu pai, contamos com os benefícios que tal condição nos propiciava (como poder contar com os serviços do INAMPS, órgão que garantia assistência médica e dentária aos trabalhadores com emprego formal, e com o crédito habitacional do BNH). Contudo, no bairro onde moramos a maior parte do tempo de nossa infância e adolescência, convivemos com famílias que em sua grande maioria dependiam de ocupações informais. Vivemos no limiar de situações (condicionamentos e oportunidades) cujos desdobramentos poderiam variar significativamente. Os limites eram estreitos. O diferencial veio com um determinado investimento formação escolar.

Toda minha formação (e de meus irmãos) ocorreu em escolas públicas. Apesar de ser o segundo mais velho, fui o primeiro a ingressar no ensino superior, em 1979, aos 18 anos. Na rua onde morávamos, eu fui o primeiro universitário. Morávamos a cerca de 500 metros do Campus II da UFPB, que estava situado no bairro vizinho, a 10 minutos a pé. Apesar dos avanços do ensino público em Campina Grande, nesse período, com escola pública disponível, do primário à universidade, o acesso era ainda muito restrito, especialmente para o ensino superior. Muitos amigos de infância com a minha idade tiveram que trabalhar antes ou ao atingir a maioridade. Ingressei no curso de Engenharia Elétrica. Nos dois primeiros anos mantive o foco no curso. Entretanto, a política mexeu com tudo!

Até aquele momento, não tinha tido nenhuma participação no movimento estudantil, que entretanto existia e era bem atuante. Lembro-me que houve uma ou duas greves nesse período, mas eu as acompanhava um pouco à distância e notava as lideranças, falantes, articuladas, desinibidas. Havia também um movimento docente bastante ativo. Uma das greves ali ocorrida fora decretada conjuntamente, pela Associação Docente e o Diretório Estudantil. Meus colegas mais próximos, das turmas de engenharias, assim como os professores com os quais tínhamos mais proximidade, também não tinham envolvimento. A política, entretanto, de algum modo fazia parte da minha vida desde antes.

Meu pai, embora com muita discrição, posicionava-se em oposição aos militares. O contato com certas leituras incrementou a presença dos assuntos políticos no ambiente familiar. Durante o período que cursamos o científico, passamos a ler revistas semanais, principalmente *O Cruzeiro* e, sobretudo, a *Veja*. Foi assim que acompanhamos com atenção os principais acontecimentos nacionais e internacionais do período. Quando ingressei na Universidade adquiri o hábito de todos os dias passar pelo menos uma hora na biblioteca para ler jornais e revistas. Foi em uma dessas sessões de leitura que vi, no Diário da Borborema, uma notícia sobre a criação do Partido dos Trabalhadores – PT em Campina Grande. Fiquei bem interessado. Sabia da existência do PT, que havia sido registrado no ano anterior, e tinha simpatia pela figura de Lula e pelas greves do ABC Paulista. Pouco tempo depois integrava na Comissão Provisória do Partido na cidade.

Naqueles primeiros anos de militância, uma tensão se esboçara em mim, a qual ganharia formas mais elaboradas mais tarde, implicando em desdobramentos importantes do ponto de vista da formação de minha visão da política. Desde o primeiro momento, o que me atraiu no PT foi a proposta de se construir enraizando-se no meio popular. A ideia dos núcleos, a ênfase em uma concepção de partido de massas, a estreita relação com os movimentos social e sindical, deram a mim os parâmetros para me posicionar no debate interno do PT, na minha relação com o movimento estudantil e, sobretudo, quanto à minha atuação no bairro. Ao mesmo tempo, nesse momento, eu tive muito contato com o marxismo e, principalmente, o leninismo. Li vários textos

de Marx e de Engels (“*O manifesto comunista*”, “*A ideologia alemã*”, “*Teses sobre Feuerbach*”, “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, “*Miséria da teoria*”, “*Contribuição à crítica da economia política*”, “*Manuscritos econômicos e filosóficos*”, partes de “*O capital*”, entre outros), assim como de alguns marxistas (como *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, Marta Harnecker, “*A oposição operária*”, de Alexandra Kollontai, “*A revolução permanente*”, de Léon Trotski, entre vários outros). Uma atenção especial recaiu sobre a obra de Lenin. Na ocasião, percorri “*Que fazer?*”, “*Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*”, “*Três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*”, “*O imperialismo, fase superior do capitalismo*”, “*Teses de Abril*”, “*O Estado e a revolução*”, “*A revolução proletária e o renegado Kautsky*”. A ideia de “*partido de quadros*”, bolchevista, ao invés de “*partido de massas*”, era algo que permeava o debate da militância e tensionava, por dentro e por fora, o projeto do PT. Desde os primeiros momentos passei a conviver intensamente com leninistas, trotskistas, maoístas e outros tipos de marxismos. Quanto mais eu lia esses autores e observava as propostas e as práticas dos que se diziam seus seguidores, mais se aguçava em mim um incômodo. Isso foi causa e efeito de minha aproximação com a educação popular, algo que só ganharia maior significado anos depois.

2) *No final dos anos 1970 e 1980, período da redemocratização brasileira, onde se encontrava e o que estava fazendo. Foi neste período que se interessou pelos temas da sociedade do trabalho?*

A militância política veio com meu ingresso na Universidade. No início do quinto semestre do curso já era uma prioridade. Abandonei Engenharia Elétrica ao término do sétimo período, no final de 1982. Já não conseguia me ver como um engenheiro. Queria (realmente) mudar o mundo! Mas não desisti da universidade. Imediatamente fiz vestibular para Economia e passei. Mirava nas Ciências Sociais, mas se eu quisesse aproveitar o máximo de disciplinas cursadas no básico (sobretudo as Matemáticas), Economia era a melhor opção. O curso de Economia do Campus II recebia grande influência do Mestrado em Economia Rural. Os Mestrados em Sociologia Rural e Economia Rural haviam sido criados em 1977, tendo contado com a contribuição de dezenas de professores oriundos de outros estados do país, especialmente Rio e São Paulo. Eu ingressei no curso de Economia no primeiro semestre de 1983. Por essa via, reforcei ainda mais os vínculos com os dois Mestrados. Pelo lado da militância, já vinha estabelecendo laços sobretudo com discentes desses programas. Com a participação de alunos e professores, havia sido constituída o que ficou denominado de “comissão de assessoria”, um grupo informal que realizava ações políticas junto ao sindicalismo rural da Paraíba.

O segundo semestre de 1983 havia sido um período muito agitado na zona rural paraibana. Em agosto, Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, localizada no Brejo, fora brutalmente assassinada. Desde 1979, com a greve dos canavieiros de Pernambuco (tão bem registrada em Sigaud, 1980), os canaviais nordestinos ingressaram em período de intensas mobilizações. Na Paraíba, Margarida vinha se destacando como a principal liderança sindical no setor, em oposição à postura conservadora da direção da Federação dos Trabalhadores Rurais – FETAP/PB. De modo um tanto atrasado, os sindicatos de trabalhadores rurais do estado com predomínio de canavieiros tinham conseguido avançar no que denominaram “campanha trabalhista”, desencadeada em 1983. A resposta dos usineiros foi um tiro de espingarda calibre 12 na cara de Margarida. Aquilo agitou ainda mais as lutas do campo. Grandes manifestações foram realizadas, com a presença de lideranças nacionais, a exemplo de Lula. Estive envolvido diretamente naqueles acontecimentos.

Em 1983 fui convidado a integrar o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU. O projeto era liderado por Manuel da Conceição, um camponês militante da Ação Popular que se exilara na França, depois de ter sofrido pesada repressão por parte do regime militar, ocasião em que perdeu uma perna. O Centru foi estruturado em 5 estados: Pernambuco (onde funcionava a sede central), Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão. O Centru, de quem Margarida era sócia, foi um dos principais organizadores dos atos, da documentação e das denúncias, pelo país e no exterior, quando do seu assassinato. Aos 23 anos eu tinha meu primeiro emprego, meu primeiro salário! Alguns meses depois, no início de 1984, eu fui morar em João Pessoa, de modo a melhor me integrar à dinâmica da equipe. Do ponto de vista da militância, passei a atuar integralmente com o sindicalismo rural, encerrando-se ali minha breve, embora intensa, atuação no PT, no movimento estudantil e no movimento de bairro. Reorientei minha atuação na perspectiva da educação popular. Precisei fazer novo vestibular, de modo a continuar o curso de Economia no Campus I. Fiz e novamente passei. No início de 1985, estava matriculado, tendo passado a frequentar o curso à noite.

Atuei no Centru de início de 1984 a meados de 1987. Foi um período de profundo envolvimento e intenso aprendizado. Sobretudo, acumulei em três frentes: na análise das realidades socioeconômicas e políticas do mundo rural, em especial referidas à Paraíba e ao Nordeste; em reflexões e posicionamentos sobre marxismo e organização de classe; na vivência e sistematização das experiências de educação popular, particularmente orientadas ao campo.

Abordagens como “*Ditadura e agricultura e A luta pela terra*”, de Octavio Ianni, “*A modernização dolorosa*”, de José Graziano da Silva, “*O cativo da terra*” e “*Expropriação e violência*”, de José de Souza Martins, “*A terra e o homem no Nordeste*”, de Manoel Correia de Andrade, “*Formação econômica do Brasil*”, entre outros, nos deram os parâmetros mais gerais. “*O vapor do diabo*”, de José Leite Lopes, “*Capital e propriedade fundiária*”, de Maria de Nazareth Wanderley, “*Lavradores e pequenos produtores de cana*”, de Delma Pessanha Neves, “*Os clandestinos e os direitos*”, de Lígia Sigaud e outros estudos foram fundamentais para a análise do sistema sucroalcooleiro que se instalara historicamente no Nordeste, o assalariamento rural e os modos de subordinação de formas produtivas baseadas na pequena produção. Os estudos de Ghislaine Duqué sobre o semiárido paraibano e da região do médio São Francisco foram muito importantes para um melhor conhecimento dessa região. As tradições de lutas camponesas no Nordeste nos levaram ao estudo do sindicalismo, mas principalmente das Ligas Camponesas, a exemplo de “*As Ligas Camponesas*”, de Fernando de Azevedo, e “*Camponeses em marcha*”, de Cezar Benevides. Essa era uma bibliografia muito utilizada nos Mestrados de Economia Rural e Sociologia Rural, que vários assessores do Centru conheciam e dispunham.

O Centru foi também, para mim e para todos os que dele participaram, uma escola de política. Do meu ponto de vista, essa foi uma oportunidade para eu aprofundar uma leitura crítica de certas práticas e discursos do campo da esquerda. Nesse momento, a intensa experiência de interação que passei a ter com os trabalhadores rurais, as reflexões que o exercício da educação popular, ancorada na dialógica freiriana, vinham cada vez mais me propiciando e as leituras que começara a fazer sobre Gramsci me fizeram aprofundar a crítica ao autoritarismo tão presente nas concepções e práticas da esquerda, especialmente no que se refere aos segmentos ligados às pequenas organizações marxistas que atuavam dentro e fora do PT. A ideia de transformação social como processo (ao qual se associavam os conceitos de “hegemonia”, “intelectual orgânico”, “bloco histórico” e outros), e não como ato insurrecional de tomada do poder do Estado (resultado da ação de vanguarda de um partido de quadros), fazia toda a diferença e abria caminho para uma ampla reelaboração da concepção de partido, muito mais condizente com a trajetória do PT, conforme eu a via.

No final dos anos 1980 o projeto do Centru perdeu fôlego (vivia fundamentalmente da cooperação internacional). Passei a atuar na formação de lideranças no MST, no âmbito da região Nordeste. Ajudei a criar a Escola Quilombo dos Palmares – EQUIP, em 1988, para atuar em todo Nordeste, junto a lideranças sindicais e de movimentos populares, tendo sido essa a

mais rica experiência de educação popular de que participei. A partir de 1989, passei a integrar a equipe nacional da Secretaria Nacional de Formação da CUT para, em parceria com a EQUIP, desenvolver um programa de formação de lideranças da Central na região Nordeste.

Pela lente da militância estudantil e partidária e da assessoria sindical, inicialmente com foco nos trabalhadores rurais e depois na construção da CUT, acompanhei de perto os acontecimentos sociais e políticos que marcaram os anos 1980 no país e na região (com eles interagindo intensamente). Por essa via os temas do trabalho, dos trabalhadores e do sindicalismo se tornaram central na minha ação prática e formação intelectual.

3) *Foi nessa época que você atuou na formação política pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)? Relate um pouco esta experiência e a sua importância para a sua trajetória.*

Passei a atuar profissionalmente como assessor de formação da CUT em 1989. Até 1995 atuei no convênio CUT-EQUIP, quando a CUT criou sua própria escola no Nordeste, comigo coordenando a equipe de educadores, onde permaneci até o ano seguinte. Durante todo esse período, circulei amplamente por todo o Nordeste e, com muita frequência, pelo país e pelo exterior, em intensas trocas sindicais.

Nos anos de intensa militância - uma década! -, só podia contar dois anos de dedicação total à formação acadêmica, no início do curso de Engenharia Elétrica. No curto tempo em que frequentei Economia no Campus II, apesar de já bastante envolvido na militância, mantive um certo grau de atenção às leituras e aos compromissos de aluno. Com a ida para João Pessoa e a transferência para o curso de Economia no Campus I, as atividades escolares passaram a um plano muito secundário. O curso foi sendo tocado lenta e precariamente.

Entre 1988 e 1989, uma confluência de fatores me levou a uma importante mudança de rota. Era crescente a sensação de que os espaços formativos nos quais estava envolvido, apesar de me propiciar ricas experiências e importantes aprendizagens, as reflexões ali produzidas não conseguiam passar de um certo grau de aprofundamento. Tal sensação se tornava ainda mais aguçada com as transformações que o mundo vivia, na economia, no mundo do trabalho, na política, e os desafios que colocavam no sentido de melhor compreendê-las. Também tinha a percepção de que as transformações por mim almejadas seriam mais lentas do que eu as buscava com a militância intensa a que me dedicara. De outra parte, a condição de assessor/educador sindical e popular era, como atividade profissional, muito instável. Uma maior estabilidade financeira só seria possível com um decisivo investimento na formação profissional. O fato é que tinham se passado 10 anos desde o ingresso na universidade e ainda não havia concluído a graduação!

Em 1991 ingressei no Mestrado em Ciências Sociais na UFPB. Continuei atuando na formação da CUT, mas cada vez mais passei a mirar na formação acadêmica. Elaborei um projeto de pesquisa com foco na trajetória de construção da CUT na Paraíba (que ao final do mestrado completaria 10 anos). Era um modo de revisitar e fazer um balanço da minha própria trajetória e, assim, enfrentar a angústia de que as reflexões produzidas no meio sindical (e espaços conexos) não conseguiam estar à altura da complexidade dos processos sociais em curso. Embora tivesse passado por várias experiências de militância, o sindicalismo (principalmente o de referência *cutista*) tinha se afirmado com total centralidade, para mim, como área de atuação a partir do momento em que me vinculei ao Centru. O estudo a que me propunha colocava militante e pesquisador um *vis-à-vis* o outro.

Interessava-me problematizar as contradições e tensões entre as “primeiras imagens” dos militantes da CUT na Paraíba sobre o sindicalismo CUT e as percepções presentes entre eles uma vez percorridos 10 anos de trajetória. Mesmo sob diferentes perspectivas e intensas disputas internas (marcantes na dinâmica nacional do sindicalismo CUT), era comum entre os expoentes

das diversas correntes nas quais se dividiam essa militância o tema da “crise do sindicalismo” e da “crise do projeto cutista” (seja se referindo a uma certa adequação e capitulação desse diante da estrutura sindical oficial, que o “novo sindicalismo” nasceu combatendo, seja ao tratar de seu poder de mobilização e à capacidade dessa parcela do sindicalismo brasileiro de compor e ajudar a reforçar um campo político de forças à esquerda no contexto nacional). De outro lado, a sensibilidade que eu desenvolvera (de modo geral) para o tema das *especificidades locais* (diante dos processos em escalas mais amplos, de base regional, nacional e global) me fez orientar a perspectiva de abordagem, não para observar se na Paraíba havia “novo sindicalismo” ou se este (tido como um tipo ideal) conseguira se estabelecer em realidades periféricas como essa; mas para analisar e compreender *como* (sob que condições e possibilidades) se afirmaram as práticas e discursos constitutivos da experiência sindical no estado, em suas conexões (contraditórias) com o movimento mais amplo denominado “novo sindicalismo”, o qual por sua vez tivera, na sua origem e projeção nacional, fortes correspondências com a realidade social e política do Sudeste, principalmente de São Paulo e, ainda mais, do ABC. O foco recaiu sobre os “militantes”, aqueles que haviam se vinculado de alguma maneira ao projeto de construção da CUT na Paraíba.

Terminei o mestrado em 1994. A decisão anterior de apostar na formação acadêmica tinha embutido o propósito de cursar o mestrado e, na sequência, o doutorado. Em 1996, fui convidado pela Secretaria de Formação da CUT (que respondia pelo convênio com a Equip e pelo meu contrato de trabalho) para coordenar a equipe técnica nacional a partir de São Paulo. Aceitei prontamente! No final do ano, estava morando, com a família, na cidade.

Em 1997, trabalhei intensamente, ao mesmo tempo em que sondei as possibilidades e preparei o projeto de pesquisa do doutorado. A experiência de trabalho na CUT Nacional adensou muito o meu conhecimento sobre a Central e o país. Tratava-se de uma organização efetivamente nacional e fortemente imbuída do papel de discutir as condições de vida e trabalho da maioria da população e os rumos do desenvolvimento do país. A sede nacional da CUT (integrante de um condomínio com a CUT-SP, além de confederações e departamentos nacionais, organicamente a ela ligados) era um espaço onde ocorriam muitos eventos (seminários, workshops, reuniões), por onde circulavam, com muita frequência, lideranças sindicais de todo o país e delegações estrangeiras de várias partes do mundo. Na condição de membro e coordenador da equipe da SNF, participávamos da agenda da Executiva Nacional e compartilhávamos o cotidiano de trabalho com as demais equipes de assessorias (da Presidência, da Secretaria de Relações Internacionais, da Secretaria Geral, da Secretaria de Organização, do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos - DESEP, que subsidiava a Direção como um todo, entre outras).

Em 1998 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e me transferi para a Escola São Paulo da CUT. Decidi dar continuidade ao que havia iniciado no mestrado, seguindo com o balanço sobre o sindicalismo CUT, sendo que agora me detendo sobre sua trajetória nacional. Achava que precisava ampliar e completar o balanço esboçado no mestrado (referente à minha militância e, no mesmo período, às trajetórias sindical e política do país). Tal opção também foi motivada pela posição privilegiada de observação na qual me encontrava e pela razão prática de, com isso, melhor compatibilizar o curso e o trabalho, onde a inserção em um seria um fator de enriquecimento do desempenho no outro. Se no mestrado voltei minha atenção para as dinâmicas internas, aquelas que mais fortemente envolviam os seus militantes, sem que com isso perdesse de vista o contexto (nacional e local) no qual tal experiência emergiu e se desenvolveu; no doutorado, adquiri centralidade a relação do sindicalismo CUT com o processo de construção da democracia brasileira nas três décadas anteriores. Agora, voltando-se prioritariamente para a relação do sindicalismo CUT com o contexto político vivido pelo país nesses anos, igualmente não perdemos de vista a outra face desse percurso, as suas dinâmicas e tensões internas. Percorremos um caminho que se inicia com os primeiros sinais de emergência do assim denominado “novo sindicalismo” (que esteve na base de constituição do projeto

sindical e político da CUT), seguindo a trajetória do sindicalismo CUT, até o 2002, quando concluí o doutorado. Decidi começar a análise pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no começo da década de 1970 (reconhecidamente, momento e lugar de origem do “novo sindicalismo”), passando no início dos anos 1980 a um foco nos processos de criação e organização da CUT, assim como nas transformações que esta sofreu na sequência de sua trajetória. No argumento central da tese, ganhou evidência o tema do “sindicato cidadão”, que surgira especialmente no meio *cutista* (sob importantes controvérsias internas), como forma de reação às mudanças que o mundo do trabalho vinha sofrendo com a reestruturação produtiva, a globalização e a implementação das políticas de perfil neoliberal. Daí por diante me inseri de vez nos estudos do trabalho.

4) *Em sua formação acadêmica, quais foram as suas principais referências intelectuais e como estas marcaram sua trajetória?*

Ainda no Mestrado, as leituras de E. P. Thompson (especialmente, “*A miséria da teoria*”, “*A formação da classe operária inglesa*” e “*Tradicón, revuelta e conciencia de classe*”) e de Cornelius Castoriadis (com destaque para “*A instituição imaginária da sociedade*” e “*A experiência do movimento operário*”, além dos 3 volumes de “*As encruzilhadas do labirinto*”), assim como a de Claude Lefort (“*A Invenção democrática: os limites do totalitarismo*”), foram fundamentais para me propiciarem uma releitura de Marx e do marxismo - algo que já havia começado a fazer com o contato anterior com Gramsci. Sobretudo, tornara-se muito presente para mim a crítica a todo tipo de determinismo e economicismo. Especialmente os dois primeiros autores estavam muito em evidência no Brasil nos anos 1980 e início dos 1990, dando realce ao Marx das análises históricas e empíricas, de “*O 18 Brumário*” e “*As Lutas de Classe na França*”, reorientando as análises do movimento operário e dos movimentos populares de modo a tomá-los como processos de autoconstrução (efetivados em um duro diálogo com as objetividades do mundo capitalista).

Entre os estudos que mais me inspiraram sobre os movimentos operário sindical e popular do final dos anos 1970 ao início dos anos 1990, destacou-se “*Quando novos personagens entram em cena*”, de Eder Sader, publicado em 1988. Este também tomou como centrais as referências de Thompson e de Castoriadis para analisar as experiências dos trabalhadores da Grande São Paulo entre 1970 e 1980. Levei em alta conta o que, para mim, apreendi como uma das principais contribuições conceituais do autor, a noção de “matrizes discursivas” (uma reelaboração do conceito de “matriz de representação” de Claude Lefort).

Além da bibliografia que analisa os movimentos operário e sindical no Brasil, os estudos clássicos e os mais atuais, especialmente referidos à emergência do “novo sindicalismo” e dos “novos movimentos sociais”, busquei, nos estudos empreendidos no Mestrado e no Doutorado, situar a abordagem em diálogo crítico com os autores que, em perspectiva mais geral, haviam produzido diagnósticos sobre o sindicalismo brasileiro e, mais especificamente, sobre a CUT, nos anos 1980: Leôncio Martins Rodrigues, Ricardo Antunes, Armando Boito Júnior, Iram Jácome Rodrigues, Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto.

Tais referências foram confirmadas e alargadas com o Doutorado. O curso me propiciou algumas oportunidades que muito contribuíram para enriquecer a análise a que me propunha a realizar. Em primeiro lugar, as sessões de orientação de Maria Célia Paoli, frequentes e sempre muito instigantes. Ter frequentado a disciplina “*Conflitos sociais, direito e cidadania*”, ministrada por Maria Célia, foi indispensável para uma visão histórica sobre o processo de construção da democracia e cidadania no país e sobre o debate a respeito dos avanços, desafios e impasses trazidos a partir da Constituição de 1988. Ainda nessa fase inicial, um olhar mais centrado na perspectiva da Sociologia Política, trazido por Maria Célia, foi complementado por

uma abordagem mais orientada à Sociologia do Trabalho, propiciada pela disciplina “*Trabalho e mudança social no Brasil Contemporâneo: a sociedade imaginada pela lente do trabalho*”, ministrada conjuntamente por Nadya Guimarães e Helena Hirata, na qual foi traçado um amplo panorama nacional e internacional sobre os temas do trabalho.

Ao longo do doutorado, fui extremamente beneficiado com minha integração ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - CENEDIC³, que havia sido criado em 1995 por professores/as e pesquisadores/as do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, do Departamento de Arquitetura do Campus da USP em São Carlos, da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dos departamentos de Sociologia e de História da Universidade Estadual de Campinas e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Paulo, sob as lideranças de Maria Célia Paoli e Francisco (Chico) de Oliveira. Inseri-me no Cenedic em 1999, a convite de Maria Célia. Nesse momento os seus integrantes mais assíduos eram, além dos dois acima citados, Vera da Silva Telles e Leonardo Gomes Mello e Silva, da USP, Laymert Garcia dos Santos, da Unicamp, Ana Amélia da Silva, da PUC-SP, Cibele Saliba Rizek, da USP São Carlos, mais os doutorandos Carlos Alberto Bello e eu. Ao mesmo tempo, havia uma interlocução intensa com pesquisadores da USP e de outras instituições do país, a exemplo de Luiz Roncari, Gabriel Cohn, Paulo Arantes, Marilena Chauí, Roberto Schwarz, Michael Hall, Newton Bignotto, Heloísa Maria Starling, entre outros. As sessões eram frequentes e aparentemente um tanto caóticas, não seguindo uma programação muito regular, nem pautas rigorosamente ordenadas. Mas eram profundamente instigantes. Chico tinha uma capacidade ímpar de provocar intensas reflexões. Entre Chico e Maria Célia, apesar de trajetórias intelectuais tão distintas, havia uma incrível sintonia. Chico partira de abordagens sobre industrialização e desenvolvimento capitalista no Brasil, classes sociais e o papel do Estado, tendo chegado aos anos 1990 com uma atenção cada vez mais voltada aos temas da democracia e dos direitos de cidadania, ótica a partir da qual armou sua crítica ao “pensamento único”, ao “desmanche” produzido pelas políticas neoliberais, de Collor a FHC. Maria Célia, desde o início de sua trajetória acadêmica, esteve voltada aos temas dos conflitos, justiça, direitos, movimentos sociais, cidadania e democracia. Inspirada nos historiadores britânicos, Eric Hobsbawm (de quem fora orientanda na tese de doutorado) e E. P. Thompson, realçava, em seus estudos, mais as agências e processos, do que as estruturas. A origem do Cenedic resultou da convergência de duas trajetórias que, em comum, sempre tiveram a inclinação por uma profunda crítica do *status quo* e que, por vias próprias, haviam assumido como central, nos anos 1990, a crítica dos rumos da construção da democracia e da cidadania no país. O livro, por eles organizado, “*Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*”, publicado em 1999 pela Editora Vozes, com base em um seminário internacional realizado em 1997, forneceu a primeira grande referência da agenda de pesquisa do Centro.

Tive a oportunidade e a sorte de submeter os escritos das teses, no curso de sua elaboração, às sessões do Cenedic. Ali a roda girava intensamente e as produções de cada um, às vezes acabadas, às vezes apenas esboçadas, eram fundamente discutidas. Em uma delas, produzimos um denso debate sobre “*As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*”, que havia sido publicado em 1999, pela Editora Vozes, com prefácio de Cibele Rizek e “orelha” de Ana Amélia (ambas integrantes do Centro). Em abril de 2002, foi realizado o seminário “*Desafios do republicanismo e a modernidade*”, no Campus da Pampulha da UFMG. Organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Republicanismo, contou com a participação de pesquisadores da USP, UFMG, IUPERJ, UFRJ e PUC Rio, incluindo a equipe do Cenedic, Gabriel Cohn, Newton Bignotto, Heloísa Maria Starling, Luiz Jorge Werneck Vianna, entre outros. Na ocasião, foi preparada uma sessão de homenagem aos 30 anos de “A crítica da razão dualista”, de Chico de

3 Até 1999, denominava-se Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania - NEDIC, tendo se convertido naquele ano em Centro. Mas, com relação ao novo acrônimo a ser adotado, ao invés de proceder à troca do “n” pelo “c”, preferiu-se acrescentar a partícula “ce” no início de “nedic”, de modo a melhor preservar a identidade sonora.

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v.16, n.2, p.1-18.

Oliveira. Em 2003, Chico fora contemplado com o título de “Cidadão Paulistano”, concedido pela Câmara de Vereadores, e o Cenedic organizou um seminário em sua homenagem, “*Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*”, no qual as reflexões sobre os anos FHC se imbricaram com as primeiras avaliações do Governo Lula. Participei com uma apresentação intitulada “*A denúncia do desmanche*”, a qual foi publicada, em 2006, como as demais apresentações, no livro homônimo ao seminário (organizado por Cibele Rizek e Wagner de Melo Romão), pela Editora da UFMG. No ano seguinte, foi publicado pela Boitempo Editorial o livro “*A era da indeterminação*”, sob a coordenação de Chico de Oliveira e Cibele Rizek, com as reflexões finais resultantes do projeto de pesquisa do Cenedic intitulado “*Cidadania e democracia: o pensamento nas rupturas da política*”, que estivera voltado à reflexão, compreensão e crítica dos “sombrios” anos 1990, assim como às possibilidades de conflitos e dissensos, que fossem capazes abrir caminhos possíveis para a democratização do presente. O projeto e o livro se desdobram da agenda indicada por “*Os sentidos da democracia*”, complementando-a, aprofundando-a.

Segui, tanto quanto no mestrado, imbuído da crítica aos determinismos e economicismos. A influência de E. P. Thompson se fez ainda mais presente, além de Cornelius Castoriadis e outros autores orientados sob tal perspectiva. A necessidade, que o projeto exigiu, de situarmos o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, particularmente o sindicalismo CUT, no contexto das transformações que vinham impactando o mundo do trabalho principalmente a partir dos anos 1980, nos remeteu às bibliografias que, em âmbito internacional e no país, trataram da crise do fordismo, da reestruturação produtiva, da acumulação flexível, da questão da centralidade do trabalho, da experiência brasileira das Câmaras Setoriais, entre outros. Isso nos fez mobilizar autores como David Harvey, André Gorz, Claus Offe, Robert Kurz, Alain Birhr, Alain Lipietz, Robert Castel, Jurgen Habermas, Francisco de Oliveira, Ricardo Antunes, Marcia Leite, Helena Hirata, Nadya Castro, José Ricardo Ramalho, e muitos outros. A referência da Sociologia do Trabalho se tornou mais central.

5) *Quais as referências bibliográficas que considera fundamentais para a formação da Sociologia do Trabalho em perspectiva Internacional?*

São muitas. Além da obra de Marx (“O capital”, “Grundrisse”, “O 18 brumário de Luís Bonaparte”, “Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844”, entre outros escritos), de Weber (com destaque para “O espírito do capitalismo e a ética protestante”) e de Durkheim (especialmente “A divisão do trabalho social”), que são indispensáveis para a constituição de um lastro inicial de interpretações clássicas sobre a emergência do capitalismo e sobre as concepções e formas de trabalho que com ele se desenvolveu, limito-me a indicar a seguir algumas referências, dentre as que considero mais importantes, focando na formação da Sociologia do Trabalho.

“*Traité de sociologie du travail*”, de Georges Friedman e Pierre Naville, foi em 1961, em dois volumes (no Brasil, foi publicado em 1973 com o título “*Tratado de Sociologia do Trabalho*”). Esse projeto foi parte importante do processo de reconstrução, institucionalização e internacionalização da Sociologia, e em particular da Sociologia do Trabalho, na França.

Em “*The making of the English working class*”, obra publicada em 1968 (“A formação da classe operária inglesa, 1987), E. P. Thompson inflexiona o debate marxista sobre classes sociais, trazendo ao centro da discussão as noções de “luta de classes”, de classe “se fazendo” e de “experiência”.

“*Labor and monopoly capital*”, de Harry Braverman, publicado em 1974 (no Brasil foi publicado com o título “*Trabalho e capital monopolista*”, em 1981), deu ênfase aos estudos sobre

o processo de trabalho e, nesse âmbito, à “gerência científica”, no âmbito do capitalismo monopolista.

Com o artigo “Ouvriers = ouvrières?”, publicado em 1978 (“Operários = operárias?”, 2018), Danièle Kergoat dá início a um conjunto de reflexões que se desdobra nos conceitos de “divisão sexual do trabalho”, “relações sociais de sexo”, “consustancialidade” e “coextensividade”.

“Manufacturing consent. Changes in the labor process under monopoly capitalism”, de 1979, e “The politics of production. Factory regimes under capitalism and socialism”, de 1985, ambos de autoria de Michael Burawoy, também centrados no processo de trabalho, em contraste com Braverman, à dimensão da política no chão de fábrica.

Em “Adieu au prolétariat. Au delà du socialisme”, publicado em 1980 (“Adeus ao proletariado – para além do socialismo”, edição brasileira, em 1982), André Gorz prevê o fim do trabalho assalariado e, com isso, põe em questão a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

“Disorganized capitalism”, de Claus Offe, foi publicado em inglês em 1985 (no Brasil, foi publicado com o título “Capitalismo desorganizado”, em 1989), por meio de várias abordagens sobre o mundo do trabalho, discute a “perda de centralidade do trabalho” como categoria sociológica capaz produzir uma compreensão do capitalismo contemporâneo.

Em “The condition of postmodernity”, publicado em 1989 (“A condição pós-moderna”, tradução no Brasil publicada em 1992), David Harvey propõe a emergência da “acumulação flexível” e de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo.

Por meio de “Les metamorfoses de la question sociale: une chronique du salariat”, publicado em 1995 (“As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, 1998), Robert Castel anuncia uma era de nova “vulnerabilidade de massa”.

Com “The rise of the network society”, publicado em 1996, (“A sociedade em rede”, 1999), Manuel Castells se volta para o tema da “revolução tecnológica” que funda a “sociedade em rede” e a “era informacional”, com contundentes para o trabalho.

Em “The corrosion of character”, publicado em 1999, e “The culture of the new capitalism”, de 2006 (no Brasil, “A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, 2004, e “A cultura do novo capitalismo”, 2006), Richard Sennet trata da nova cultura do capitalismo e do trabalho, com efeitos desestruturantes sobre a vida pessoal dos trabalhadores, gerando um quadro de “insegurança ontológica”.

Em “The precariat: the new dangerous class”, publicado de 2011 (“O precariado: a nova classe perigosa”, 2013), Guy Standing apresenta o “precariado” como uma “nova classe social”.

6) *Sobre a Sociologia do Trabalho brasileira, como você analisa suas origens e desenvolvimento?*

Em “A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais”, balanço bibliográfico realizado por mim, José Ricardo Ramalho e Cinara Rosenfield (publicado no BIB, em 2019), destacamos, citando Nadya Guimarães, que na origem da Sociologia do Trabalho no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, colocou-se a necessidade de se explicar o perfil do operariado surgido com o novo impulso industrializante dos anos 1950 e sua relação com os sindicatos e com o Estado. Ao mesmo tempo, perseguia-se a institucionalização do discurso sociológico frente às análises predominantes de militantes e memorialistas.

Nesse momento, foram seminais as abordagens de Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues sobre as aspirações e atitudes desse novo operariado, que era predominantemente originário do campo. Enquanto isso, Azis Simão e Albertino Rodrigues, mas também Leôncio Rodrigues, trataram mais detidamente da relação entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores. Em geral, prevaleceu o entendimento de que a ausência de conflitos de classe alimentava uma prática operária de tipo heterônoma e “populista”, incapaz de constituir formas próprias e permanentes de organização.

Até ali, os fundamentos teórico-metodológicos em muito se estabeleceram a partir de um diálogo crítico com a Sociologia Industrial e a Escola de Relações Humanas norte-americanas, cujas principais expressões eram Elton Mayo, John Dunlop, William Whyte, entre outros, e com a Sociologia do Trabalho francesa, onde se destacavam autores como Georges Friedman, Pierre Naville, Alain Touraine, Michel Crozier, entre outros.

No que se refere à América Latina, um balanço bibliográfico escrito por Laís Abramo e Cecília Montero (publicado no BIB, em 1995) avaliou que, entre os anos 1950 e 1960, as Ciências Sociais tinham um foco nos problemas macrossociais do desenvolvimento, cuja discussão central se referia à transição do “tradicional” ao “moderno” e do rural ao urbano, ocasião em que predominava uma visão dualista da realidade social. A Sociologia do Trabalho desenvolveu, nesse momento, uma forte interface com a Sociologia do Desenvolvimento, possibilitando àquela uma compreensão mais ampla da problemática do trabalho na região, o que incluía levar em conta as formas de trabalho não-industriais (aquelas estabelecidas nas áreas rurais ou, mesmo na cidade, com os estudos sobre *marginalidade* e, depois, *informalidade*, o trabalho por conta própria e outras formas de trabalho não salariais). Produziu-se, a partir de então, uma visão mais diversa e complexa dos processos sociais de articulação entre o “tradicional” e o “moderno”, o “capitalista” e o “não-capitalista”, o “rural” e o “urbano”, a indústria e os demais sistemas produtivos. A ampliação da percepção sobre trabalho e trabalhadores ganhou novos componentes com as abordagens em perspectiva de gênero e de raça.

Novos desafios se impuseram com a reemergência política das classes trabalhadoras, na passagem dos anos 1970 aos 1980, em um contexto de redemocratização do país, momento em que ganha evidência as diversas expressões e alcances do assim chamado “novo sindicalismo”. Marcadamente a partir dos anos 1990, vieram a Globalização, as políticas neoliberais e os processos de reestruturação produtiva, quando os padrões produtivos, as estratégias de gestão do trabalho, o perfil dos/as trabalhadores/as, os modelos de regulação das relações de trabalho, as condições de ação sindical se viram diante de importantes mudanças. Isso mobilizou novas referências teórico-metodológicos, intensos debates, reorientações nas agendas de pesquisa. Mas isso, já ocorria em um ambiente amplamente institucionalizado, no qual a Sociologia do Trabalho contava com espaços consolidados, ancorados em redes nacionais e internacionais de pesquisadores/as. As transformações sociais e produtivas que se seguiram e os desafios que implicaram aos estudos do trabalho continuaram alimentando o seu desenvolvimento.

7) *Na atualidade, quais são os temas emergentes da Sociologia do Trabalho?*

Em “Tendencias Actuales de la Sociología del Trabajo en Brasil” (publicado como um capítulo do livro “La agenda laboral en el contexto de la pandemia covid-19 en América Latina y El Caribe”, organizado por Cecília González e Antonio Aravena, Clacso, 2023), destacamos alguns temas que estão e continuarão desafiando os estudos sobre trabalho no país (sendo que em muito resultam de processos de amplitude global). As mudanças tecnológicas e organizacionais vêm pautando discussões sobre a economia informacional, as tecnologias de informação e comunicação, o capitalismo de plataforma, a Revolução 4.0, e suas implicações para o trabalho. A abordagem de uma profusão de novas formas de contratação associadas a padrões historicamente informais e precários, temperados com uma pitada de auto-empresendedorismo, vem ganhando destaque na agenda dos estudos do trabalho.

Alterações sucessivas no padrão de regulação do emprego, a exemplo da Reforma Trabalhista de 2017, associadas aos processos de flexibilização e de heterogeneização das relações de trabalho (nos quais ganham destaque as estratégias empresariais que visam modalidades diversas de terceirização), apontam para uma repadronização dos modos de gestão e regulação do trabalho no país, onde prevalece um viés de precarização. O novo momento político

vivido no país a partir de 2023 aponta novas possibilidades, entretanto não dirime as inseguranças quanto às capacidades de sucesso das forças políticas que se opõem a tal processo. A Rede Nacional de Monitoramento Interdisciplinar da Reconfiguração do Trabalho – REMIR, que reúne pesquisadores/as dos principais núcleos de estudos do trabalho no país, vem pautando a necessidade de um reposicionamento desse tema na agenda pública do país.

Acrescente-se a tudo isso o processo de desindustrialização e de regressão da estrutura produtiva do país, iniciada nos anos 1990 e não revertida estruturalmente nos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma, que também traz impactos contundentes para a economia e o trabalho. A reprimarização da economia, com o avanço do agronegócio (com baixa capacidade de geração de emprego, especialmente de tipo mais qualificado e protegido), em um contexto de perda de dinamismo da indústria e de deslocamento das oportunidades de trabalho e renda para um setor de serviços pulverizado, em muito baseado em atividades pouco qualificadas e condições instáveis, reforça a tendência precarizante apontada acima e desafia os estudos do trabalho a uma abordagem que seja capaz de concatenar essa diversidade de processos, que se cruzam, tornando as situações ainda mais complexas. A crise econômica (e política) que se abateu sobre o país desde 2015, mesmo alternando momentos de recessão e de crescimento de baixo crescimento, somada à pandemia da Covid-19, atuaram como agravantes dessas tendências. Por outro lado, as condições criadas pela pandemia recolocaram no debate mundial a questão da proteção social e à saúde e o tema do sindicalismo.

Os fatores que influenciaram o destino do sindicalismo e da ação coletiva dos trabalhadores, que continuarão a agir no próximo período, são inúmeros. Manifestações de trabalhadores anteriormente considerados "desorganizados" surgem, como os segmentos mais precários da construção civil, varreduras, distribuidores de aplicação, entre outros (geralmente passando para fora dos sindicatos). No entanto, as mudanças que trazidas com as inovações tecnológicas, com o processo de desindustrialização, com as mudanças na legislação trabalhista, incluindo as formas institucionais de financiamento dos sindicatos, com a crise econômica e os efeitos da pandemia, entre outros, desafiam o sindicalismo brasileiro de uma maneira que ainda não o fizeram. Portanto, esse volta a ser um capítulo importante dos estudos do trabalho.

Tudo isso, cruzando todas essas frentes, surge a necessidade de novas rodadas de estudos referenciados nas questões de gênero, raça, juventude (geração e família), entre outros. Assim como, impõe-se cada vez mais o tema da transição climática, que desafia a sociedade e todas as áreas do conhecimento a um reposicionamento geral e o tema do trabalho tem um lugar central nesse debate.

8) *Como a Pandemia afetou o mundo do trabalho, aprofundando tendências e transformações, e propiciou a emergência de novos temas?*

No texto “A pandemia do novo coronavírus e a intensificação da precarização do trabalho no Brasil” (integrante da coletânea “Trabalho e pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações”, organizada por mim e Ari Silva e publicada pela Annablume, em 2021), nós começamos destacando que, quando foi atingido pela pandemia, o Brasil se encontrava em um quadro de múltiplas crises já estabelecidas: econômica, social, política e institucional. A estas se somou a crise sanitária do coronavírus, amalgamando-as e potencializando-as ainda mais.

Ali ressaltamos que os impactos eram drásticos. Lançando mão de dados das Contas Nacionais do IBGE, relativas ao segundo trimestre de 2020, observamos que a economia atingira um patamar 15,1% abaixo do nível no mesmo período de 2014. A economia brasileira havia encolhido -9,7% no segundo trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior, o pior resultado desde o início da série histórica, iniciada em 1996. Nesse período, houve redução

intensa do consumo das famílias (em -12,5%), da formação bruta de capital fixo (em -15,4%) e do consumo do governo (em -8,8%).

Na mesma direção, de acordo com dados do Novo CAGED (Ministério da Economia), destacamos que enquanto o saldo mensal de empregos formais foi de 226.713 em fevereiro de 2020, em março foi de -263.177, e de -927.598 em abril. De janeiro a julho, o saldo foi de -1.092.578, sendo que nos serviços foi de -536.492, no comércio, -453.405, na indústria geral, -197.543, na construção, de 8.742, e na agropecuária 86.217. Enquanto isso, segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação passa de 11%, no quarto trimestre de 2019, para 13,3%, no segundo trimestre de 2020. Segundo dados da PNAD Covid, o percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, no total da população ocupada, era de 18,6%, taxa que caiu, em outubro, para 2,8%. Conforme a mesma fonte, trabalhando remotamente eram 13,3% e 9,6%, respectivamente.

Segundo a PNAD Contínua, com relação à força de trabalho (ocupados + desocupados), entre os terceiros trimestres de 2019 e 2020, houve uma redução de 9,2%, sendo que entre os ocupados tal redução foi de 12,1%, ao passo que os desocupados cresceram em 12,6% e os fora da força de trabalho, 21,2%. Nesse mesmo período houve, no total de subutilizados (desocupados + subocupados + força de trabalho potencial), a variação no mesmo intervalo de tempo acima foi de 20,9 positivos. Nesse mesmo intervalo, os “empregados no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada” sofreram uma redução de 11,2%; para os “empregados no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, de 23,9%; para os “trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada”, de 27,2%, e para os “conta próprias” essa redução foi de 10,8%.

Quanto às medidas tomadas pelo governo (em geral sob forte pressão do Congresso Nacional, do STF e da sociedade), os impactos especialmente sobre os segmentos mais vulneráveis da população foram contundentes. No que se refere às medidas destinadas aos trabalhadores formais (as Medida Provisória nº 927 e nº 936, ambas de 2020), referenciaram-se nas tendências flexibilizadora e desregulamentadora em curso. Em geral, tiveram como efeitos a compressão da renda e a retirada de direitos dos trabalhadores e a ampliação do poder discricionário dos empregadores. Além disso, expuseram os trabalhadores a acordos individuais, enfraquecendo ainda mais a mediação sindical e a negociação coletiva. Quanto à Lei nº 13.892/2020 (conhecida como “coronavoucher”), foi direcionada aos trabalhadores informais, alterando a concessão do BPC e o auxílio-doença e estabelecendo medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas inicialmente durante um período de 3 meses (depois esses prazos foram estendidos).

A referida coletânea se baseou no entendimento de que as mudanças trazidas com a pandemia haviam sido de grande impacto, com especial contundência para os trabalhadores, e que caberia às Ciências Sociais a responsabilidade de começar a produzir reflexões sobre suas implicações e desdobramentos. O livro reuniu contribuições de pesquisadores/as de todo o país, que buscaram destacar e dimensionar esses impactos, ao mesmo tempo que indicaram sobre como eles agravavam tendências já em curso. Um primeiro grupo de abordagens procurou tematizar com ênfases e perspectivas diversas a relação entre a pandemia e a precarização do trabalho. Um segundo se deteve sobre as implicações e desafios trazidos por tal situação para o tema da ação coletiva e do sindicalismo. O último procurou analisar as implicações diferenciadas da pandemia no que se refere às trabalhadoras, revisitando por esse ângulo da temática trabalho e gênero.

- 9) *Neste ano comemora-se os 40 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), qual o balanço de sua atuação e dos seus desafios atuais?*

A eclosão de uma onda de greves operárias no ABC paulista, entre 1978 a 1980, impactou fortemente o cenário político do país, alterando profundamente um já iniciado mas muito tímido e limitado processo de transição do Regime Militar a um certo nível de democratização. Diversas categorias de trabalhadores se colocaram em mobilização por todo o país, como bancários, petroleiros, servidores públicos das três esferas, canavieiros, ferroviários, trabalhadores da construção civil, entre outras, ao lado de movimentos sociais nas áreas de saúde, educação, cultura, referidos a questões de gênero e étnico-raciais e muitos outros. No campo sindical, esse processo de renovação, denominado por “novo sindicalismo”, foi conduzido tanto por diretorias de sindicatos mais atuantes como por oposições sindicais. Dali surgiu uma forte crítica às condições de vida e de trabalho da maioria da população, à estrutura sindical oficial e ao Regime Militar.

Em “*Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*” (publicado pela Annablume, em 2011), eu analiso a trajetória do Sindicalismo CUT, desde suas origens como “novo sindicalismo” até o final dos anos 1990, quando o contexto nacional havia se alterado profundamente, com a sociedade e o mundo do trabalho tendo sido submetidos a processos e políticas que colocaram os/as trabalhadores/as e os segmentos mais atuantes do sindicalismo brasileiro em uma posição fundamentalmente defensiva (não obstante continuou representando um papel político de destaque), algo em franco contraste com o protagonismo político sob o signo do qual irrompeu na cena pública entre os 1970 e 1980. Na ocasião analisamos os desafios postos a uma perspectiva sindical mais comprometida com transformações mais estruturais nas condições de trabalho, na organização sindical e nos termos da inserção das classes trabalhadoras na vida política do país, colocada vis-à-vis dificuldades históricas e novas realidades trazidas com a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

No *paper* “Sindicalismo brasileiro: que caminhos seguir” (publicado pela FES, em 2020), procuro apresentar de modo sistemático um conjunto de situações que desafiam o sindicalismo a uma renovação, revitalização, reinvenção. De modo particular isso tem um significado particular para os segmentos que, sob a referência do sindicalismo CUT, passadas quatro décadas de seu surgimento, lançou-se no propósito de construir e consolidar um projeto sindical classista e democrático no país.

A começar pelo fato de que processos de despadronização e de desorganização do tempo de trabalho comprometem o uso do tempo livre pelo trabalhador. Os casos extremos são os de trabalho por demanda, como o trabalho intermitente e o trabalho mediado por empresas de aplicativos (situações em que o trabalhador se encontra disponível para trabalhar a qualquer hora para o empregador). Além do efeito de precarização, essa situação compromete sobremaneira a disponibilidade de tempo dos trabalhadores para a ação coletiva.

De outra parte, a modalidade de remuneração variável, que substitui o trabalho por unidade de tempo pelo trabalho por produto, incentiva os trabalhadores a focarem na intensificação do trabalho e a assimilarem uma dinâmica no cotidiano do trabalho de maior competição entre eles, o que concorre para desviar a atenção dos problemas comuns que os atingem e minar a solidariedade de classe.

O avanço da terceirização, da pejetização, da informalização e dos contratos atípicos aprofunda o caráter heterogêneo das relações de trabalho, ampliando as segmentações entre os trabalhadores e, com isso, afetando suas possibilidades de construção de uma identidade coletiva e de reunião em torno de uma agenda de lutas comuns. Além disso, pela dispersão que produz, gera maiores dificuldades ao trabalho de organização.

O trabalho assalariado informal resulta de uma prática histórica de burla empresarial da legislação trabalhista, ao qual vêm sendo acrescentadas novas estratégias empresariais, a exemplo da “pejetização” (que substitui contratos de trabalho por contratos comerciais de prestação de serviços), do “autônomo exclusivo” (modalidade criada com a Reforma Trabalhista) e do trabalho por plataformas (neste caso, um tipo de trabalho subordinado que se quer

caracterizar como “autônomo”). Essa situação coloca a necessidade de se pautar com maior ênfase, no movimento sindical, a luta contra as diversas formas de trabalho assalariado disfarçado.

Ao lado do trabalho tido como “autônomo” mas efetivamente se constituindo em formas disfarçadas de assalariamento, existiu historicamente e continua existindo hoje formas de trabalho por conta própria, sem vínculo de subordinação com empresas capitalistas (biscateiros, camelôs, trabalhadores de serviços pessoais, de serviços de reparo etc.). Dado o vínculo histórico do sindicalismo (particularmente urbano) com o trabalho assalariado, os “autônomos” permaneceram à margem do movimento sindical, sendo limitadas suas experiências de organização. O atual contexto, contudo, pressionado por uma crise estrutural do emprego, desafia o sindicalismo a buscar incluir tais segmentos em sua base de representação. A tarefa de organizar os “inorganizáveis” (deixada historicamente em segundo plano pelo sindicalismo) se tornou premente.

A terceirização, as formas disfarçadas de assalariamento, a conversão de assalariados em trabalhadores por conta própria, a complexificação da estrutura gerencial das empresas, entre outros fatores, tem contribuído para dispersar e diluir a figura do adversário, o “outro” da luta dos trabalhadores.

A crescente heterogeneização e segmentação das relações de trabalho, com fortes repercussões no local de trabalho, torna ainda mais defasada e inadequada a velha modalidade de organização sindical por categoria. Aos sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores se coloca o desafio de implementar padrões de representação mais abrangentes e que sejam capazes de acompanhar as mudanças do mundo do trabalho.

A assimilação pelos trabalhadores de uma racionalidade neoliberal estimula uma postura individualista, meritocrática e competitiva entre eles, afetando seu potencial de ação coletiva, ao mesmo tempo em que os distancia de uma perspectiva em favor da regulação pública das relações de trabalho e os aproxima da ideologia do empreendedorismo e da empregabilidade. Por outro lado, o avanço das ideias conservadoras e retrógradas na sociedade afeta diretamente o sindicalismo, historicamente identificado com uma agenda progressista, relacionada a lutas coletivas, à defesa da democracia e da cidadania. Situações como essas, minam a capacidade de representação do sindicalismo, também afetado por uma crise geral de representação das instituições na sociedade contemporânea.

Concorre ainda para a configuração de um contexto desafiador ao sindicalismo brasileiro a discrepância, de um lado, entre a intensidade e rapidez das transformações no perfil dos trabalhadores, no padrão de relações de trabalho e na dinâmica do local de trabalho e, de outro, a tendência de permanência por longo tempo dos quadros dirigentes nas entidades sindicais (com a “burocratização” e “profissionalização” de sua gestão, assim como em razão da intensificação das disputas internas).

À essa defasagem entre a agenda sindical (com dificuldades de se atualizar) e o novo mundo do trabalho se soma um desafio no campo da comunicação. As interações virtuais em parte vêm substituindo e em muito ressignificando as formas de conexão entre as organizações sindicais e os trabalhadores, colocando a necessidade de uma ampla reestruturação das estratégias sindicais de comunicação.

Também o velho problema da pulverização da organização sindical no país, que agora igualmente atinge as cúpulas, seja da estrutura corporativa, seja das centrais sindicais, enfraquece a capacidade de representação, de organização e de coordenação das lutas e negociações por parte do sindicalismo como conjunto.

A tendência histórica à terciarização (associada à redução do peso do emprego industrial na economia, graças ao avanço tecnológico e à automação), a crescente mobilidade do capital (que favorece as novas estratégias empresariais de deslocamento de plantas industriais de territórios com tradição sindical – *brownfields* - para outros nos quais o sindicalismo é inexistente ou muito pouco fraco – *greenfields*), combinados com o processo de desindustrialização do país, tudo

somado, concorre para esvaziar as bases dos sindicatos do setor industrial (entre os quais se encontram vários dos mais importantes do país).

A queda nas taxas de sindicalização e o fim da obrigatoriedade do desconto do imposto sindical, entre outros fatores, tem afetado sobremaneira a capacidade de financiamento do movimento sindical, um fator de flagrante fragilização, ainda mais em um contexto que demanda maior capacidade de mobilização.

Observa-se, por outro lado, uma tendência recente da Justiça do Trabalho em favorecer, mais do que historicamente o fez, os empregadores em detrimento dos pleitos dos trabalhadores. Ao que se sugere, nessa esfera, há um questionamento do princípio que distingue essa das demais áreas do Direito, o do reconhecimento da hipossuficiência dos trabalhadores.

De modo geral, se pode dizer que a correlação de forças, historicamente muito desfavorável, no Brasil, aos trabalhadores, depois de alguma melhora entre os anos 2003-2015, piorou bastante desde então, sendo que com o novo contexto político resultante das últimas eleições ressurgiu um sinal de esperança.

10) *A partir de suas pesquisas e parcerias acadêmicas, o que você destacaria sobre a problemática histórica e atual do trabalho na região Nordeste?*

Uma ampla sistematização do que temos pesquisado sobre trabalho no Nordeste resultou de um esforço coletivo, realizado (sob coordenação minha e de Gerry Rodgers) principalmente por pesquisadores/as e alunos/as de graduação e de pós-graduação do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Políticas Públicas - LAEPT/UFPB e do grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP/UFCG, no sentido produzir uma elaboração articulada (referenciada em uma perspectiva que vai do micro ao macro e vice-versa) sobre modos de desenvolvimento e regimes de trabalho na região. Desse esforço resultou o livro “Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil” (publicado pela Annablume, em 2021).

A hipótese subjacente ao estudo foi a de que os padrões de relações de trabalho que se constituíram historicamente no Nordeste, que são de tipos mais heterogêneos e precários quando em comparação com os observados nas regiões mais desenvolvidas do país, variam, especialmente, com a estrutura produtiva de cada setor, o caráter público ou privado dos investimentos e o seu perfil de capital-intensivo ou trabalho-intensivo. Por outro lado, as experiências de ação e organização coletivas, conquanto se apresentem nos territórios estudados e em graus de consistência diversos, não têm sido capazes de influírem de modo mais decisivo na configuração e reconfiguração desses padrões.

Contatamos que o regime geral de trabalho no nível regional é marcadamente desigual. Grande parte da população ocupada tem apenas uma inserção precária no sistema produtivo, sendo, portanto, vulnerável ao desemprego e à pobreza. Destacamos o quão impressionante é essa desigualdade ter persistido ao longo do tempo. Embora o caráter da economia regional tenha mudado consideravelmente desde a década de 1970, especialmente com a atuação da SUDENE, os padrões observados atualmente ainda têm muito em comum com as segmentações vistas naquela época. Em particular, as desigualdades no acesso ao emprego, combinadas com as diferenças nas condições de trabalho e níveis de vida, são constitutivas do regime geral de trabalho, refletindo a heterogeneidade estrutural do processo de produção. Esse regime desigual e precário de trabalho se mostra mais perene do que o regime geral de desenvolvimento, que passou por várias modulações (intercalados com surtos desenvolvimentistas). Embora, ao longo do tempo, tenha havido avanços importantes nos direitos trabalhistas, na formalização das relações de trabalho, na vigência do salário mínimo e em outras dimensões do regime de trabalho – com particular destaque para o período 2003-2015 –, tais avanços não mudaram as

características gerais do regime de trabalho no país e na região, com a prevalência em todos os períodos históricos de padrões precários de trabalho e renda.

Observamos que existem diversos segmentos no mercado de trabalho com diferentes condições de acesso, produtividade e renda, que servem para manter diferenciais de renda persistentes entre grupos de trabalhadores. Também a segmentação ocupacional por gênero e raça/cor exerce uma forte influência sobre os rendimentos do trabalho principal. Durante o período anterior a 2014, algumas dessas segmentações foram se atenuando. O acesso ao trabalho assalariado formal tornou-se mais fácil e a participação do trabalho por conta própria diminuiu (13 pontos percentuais no Nordeste, entre 1995 e 2014). Houve claramente uma ampliação das oportunidades. Posteriormente, de 2014 a 2019, quando a desigualdade aumentou no Nordeste e no Brasil, a parcela da desigualdade explicada pelas diferenças de condição laboral também aumentou, especialmente no primeiro caso, em 3 pontos percentuais (passando de 39,5% para 42,6%), de modo que os hiatos entre os trabalhadores aumentaram. Durante esse período, todos os grupos de renda mais baixa (na agricultura, trabalho autônomo marginal, trabalhadores assalariados sem carteira em pequenas empresas, trabalhadores domésticos) registraram perda de renda em relação à média geral. Por outro lado, vários grupos de renda mais alta mantiveram ou melhoraram sua posição - trabalhadores de colarinho branco no setor privado e trabalhadores do setor público. Os únicos grupos de renda mais alta que se saíram mal foram empregadores e trabalhadores autônomos formais, sugerindo que as pequenas e médias empresas foram particularmente afetadas pela recessão.

Vimos que a desigualdade está profundamente enraizada nas estruturas sociais e econômicas. Além disso, o ambiente político e social que permitiu a redução da desigualdade ao longo de duas décadas até 2014 sofreu importantes reveses a partir de 2015. As forças que impulsionam a diferenciação no sistema de produção, assim como a flexibilização de direitos, permanecem fortes. O progresso na redução da discriminação, assim como nas desigualdades sociais e regionais, perdeu ímpeto durante a recessão. As pressões para reduzir as transferências sociais redistributivas, embora temporariamente enfraquecidas pela necessidade urgente de transferências para mitigar o impacto da pandemia, se mantiveram. Um novo regime de desenvolvimento mais equalizador pode emergir na esteira da crise em curso, mas é improvável que isso aconteça sem transformações políticas e institucionais mais profundas.

11) *Você está iniciando uma pesquisa sobre o trabalho mediado por plataformas na América Latina. Poderia comentar algo sobre isto?*

Trata-se de uma ação de pesquisa articulada no âmbito da Red de Estudios sobre el Trabajo Informal y Precario en América Latina (REDLATT), envolvendo pesquisadores/as do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

O projeto visa analisar os processos de endogenização das plataformas digitais na América Latina e sua influência nos padrões de relações e de regulação do trabalho vigentes historicamente na região. Parte do pressuposto de que as empresas-plataformas, embora dotadas de estrutura e modo de funcionamento globais, necessitam interagir com as realidades econômicas, sociais, institucionais e culturais de cada lugar. Em se tratando de regiões historicamente periféricas, como Brasil e América Latina, considera-se que a disseminação das plataformas tanto se beneficia da existência de abundante força de trabalho desocupada, alentada e subocupada, como concorre para substituir trabalho com alguma proteção por trabalho desprotegido, favorecendo a informalização e precarização das relações de trabalho na região. Torna-se relevante, com isso, discutir em que medida a atuação das plataformas na região tem sido um fator de reconfiguração do padrão de relações e de regulação do trabalho. Em um primeiro momento a pesquisa estará centrada no segmento de entregadores de aplicativos.

- 12) *Você acaba de lançar um livro, junto com Cesar Sanson e José Ricardo Ramalho (Diálogos Críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. São Paulo: Annablume, 2023), poderia apresentá-lo e destacar a sua importância?*

O livro surgiu da constatação, pelos organizadores, de que a Sociologia do Trabalho no Brasil, assim como as demais áreas que se dedicam ao estudo desse tema, apesar do estágio de consolidação alcançado ao longo de sua trajetória, jamais fez um balanço mais amplo sobre seu diálogo com o pensamento estrangeiro, presente contudo desde suas origens. As interlocuções que se estabeleceram entre pesquisadores/as brasileiros e estrangeiros são reconhecidamente centrais para a formação das interpretações produzidas no país. Fazia falta, no entanto, uma abordagem abrangente sobre os conteúdos e os termos desse diálogo. Ao mesmo tempo nos demos conta de que tal empreendimento não poderia ser satisfatoriamente realizado senão com um amplo envolvimento da própria comunidade de pesquisadores/as dessa subárea no país. Foi assim que, de um lado, elencamos o que consideramos as principais obras e autores incorporados nos estudos que marcam esse percurso; e, de outro, identificamos e convidamos colegas que vêm contribuindo para tais estudos para que, individualmente ou em coautoria, reportassem os conteúdos, as circunstâncias e as implicações desse diálogo, sendo cada capítulo dedicado a um autor e ou obra dentre os listados.

Nas palavras de André Botelho, prefaciador do livro, este “representa uma inflexão importante nos modos mais tradicionais de contar a história não apenas de uma área de pesquisa, mas das ciências sociais brasileiras como um todo, ainda que do ponto de vista da sociologia do trabalho”.

- 13) *Considerando sua trajetória, intelectual e política, o que diria para aqueles que pretendem se dedicar aos estudos do mundo do trabalho?*

O mundo do trabalho continuará sendo uma dimensão fundamental da vida social, mas que não se explica por si só, visto que envolve e interage com todas as demais dimensões. Como todos os aspectos da vida social, constitui-se sob os crivos dos marcadores sociais de diferenças (classe social, gênero, etnia/raça e outros). Vive transformações sistemáticas e cada vez mais frenéticas, as quais por sua vez, apesar de se pautarem crescentemente por tendência globais, processam-se sob formas diferenciadas, conforme as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de cada lugar. Tais transformações são, simultânea e articuladamente, de natureza objetiva e subjetiva. Não estão inscritas em nenhuma lógica inexorável, nem são, na outra ponta, desprovidas de lógica histórica.

Assim, para os/as que se dedicam aos estudos do trabalho, sugiro se manterem atentos/as a uma perspectiva, antes de tudo, devotada a uma visão crítica do mundo, aberta a um olhar interdisciplinar, interseccional/consubstancial, relacional, processual, histórico, centrado nas disputas. Para ser consequente com tais critérios, é indispensável que o/a pesquisador/a cultive algum nível de engajamento social, de interação com os sujeitos sociais em disputa e que, sob tal interlocução, procure colocar na cena social os resultados de suas pesquisas, ao mesmo tempo que busque ter nessa experiência social uma fonte de inspiração para a pesquisa.

Mas não há fórmulas para isso. A pesquisa também é um fazer-se permanente, um reinventar-se constante.